



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA ESCOLA:
prevenção às violências com adolescentes**

**EDUCACIÓN PARA LA SEXUALIDAD EN LA ESCUELA: prevención
de las violencias con adolescentes**

**SEXUALITY EDUCATION IN SCHOOLS: prevention of violence
with adolescents**

Alessandra Schmitt

Universidade do Planalto Catarinense

doulaale@uniplaclages.edu.br

Letícia Camargo Macedo

Universidade do Planalto Catarinense

leticiaacamargo@uniplaclages.edu.br

Mareli Eliane Graupe

Universidade do Planalto Catarinense

prof.mareli@uniplaclages.edu.br

Thaís Pereira de Souza

Universidade do Planalto Catarinense

thaispereiradesouza@uniplaclages.edu.br

Resumo: O presente artigo apresenta os resultados de um projeto pedagógico de educação para a sexualidade implementado em uma escola pública da rede estadual catarinense, desenvolvido com 160 estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O objetivo do projeto foi promover reflexões críticas fundamentadas em informações científicas, respeitando as subjetividades dos(as) estudantes e respondendo a violações previamente identificadas no contexto escolar. A metodologia adotada foi participativa e estruturada a partir da realização de oficinas, distribuídas em nove encontros, totalizando 18 horas/aula por grupo. Essas oficinas foram realizadas antes da aplicação dos questionários semiestruturados, de modo que, entre 160 participantes das atividades, apenas 108 adolescentes aceitaram responder ao questionário ou não o fizeram por estarem ausentes no dia da aplicação. A coleta de dados também incluiu registros em diários de campo das pesquisadoras. A análise permitiu identificar quatro eixos



temáticos: conhecimento e diálogo sobre sexualidade; educação para a sexualidade e prevenção das violências; atenção e atendimento às situações de violência; e desafios da promoção da educação para a sexualidade em contextos reacionários. Os resultados evidenciam que ações estruturadas de educação para a sexualidade no âmbito da educação básica contribuem para a construção de experiências de proteção, para a prevenção de violências e para a promoção da autonomia, da dignidade e de práticas democráticas e antidiscriminatórias.

Palavras-Chave: Educação para a Sexualidade. Prevenção às violências. Adolescentes. Escola.

Resumen: El presente artículo presenta los resultados de un proyecto pedagógico de educación para la sexualidad implementado en una escuela pública de la red estatal de Santa Catarina, desarrollado con 160 estudiantes de los últimos años de la educación básica y de la educación secundaria. El objetivo del proyecto fue promover reflexiones críticas fundamentadas en información científica, respetando las subjetividades de los/las estudiantes y respondiendo a violaciones previamente identificadas en el contexto escolar. La metodología adoptada fue participativa y se estructuró a partir de la realización de talleres distribuidos en nueve encuentros, totalizando 18 horas/clase por grupo. Estos talleres se realizaron antes de la aplicación de los cuestionarios semiestructurados, de modo que, entre los 160 participantes de las actividades, solo 108 adolescentes aceptaron responder al cuestionario o no lo hicieron por encontrarse ausentes el día de su aplicación. La recolección de datos también incluyó registros en diarios de campo de las investigadoras. El análisis permitió identificar cuatro ejes temáticos: conocimiento y diálogo sobre sexualidad; educación para la sexualidad y prevención de las violencias; atención y abordaje de situaciones de violencia; y desafíos de promover la educación para la sexualidad en contextos reaccionarios. Los resultados evidencian que las acciones estructuradas de educación para la sexualidad en el ámbito de la educación básica contribuyen a la construcción de experiencias de protección, la prevención de violencias y a la promoción de la autonomía, la dignidad y prácticas democráticas y antidiscriminatorias.

Palabras clave: Educación para la Sexualidad. Prevención de violencias. Adolescentes. Escuela.

Abstract: This article presents the results of a pedagogical project on sexuality education implemented in a public school of the state education network of Santa Catarina, developed with 160 students from the final years of basic education and from high school. The project aimed to promote critical reflections grounded in scientific information, respecting students' subjectivities and addressing previously identified violations in the school context. The adopted methodology was participatory and was structured around a series of workshops held over nine sessions, totaling 18 class-hours per group. These workshops were conducted prior to the administration of the semi-structured questionnaires, so that among the 160 participants, only 108 adolescents agreed to complete the questionnaire or did not do so because they were absent on the day of its administration. Data collection also included field diary records produced by the researchers. The analysis identified four thematic axes: knowledge and dialogue on sexuality; sexuality education and violence prevention; attention to and handling of situations of violence; and challenges of promoting sexuality education in reactionary contexts. The results show that structured sexuality-education actions within basic education contribute to building experiences of protection and self-protection, preventing violence, and promoting autonomy, dignity, and democratic and anti-discriminatory practices.

Keywords: Sexuality Education. Violence Prevention. Adolescents. School.



Introdução

Essa presença da sexualidade [na escola] independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (Louro, 1997, p. 81).

Ensinar na educação básica é testemunhar o que afirma Louro (2021), especialmente quando o público vive a adolescência, uma etapa significativa do desenvolvimento humano, não sendo definida apenas por idade cronológica, mas por mudanças psicológicas, biológicas, sociais e culturais vivenciadas (Vieira; Matsukura, 2017). Nessa fase, destacam-se interações em ambientes sociais, incluindo o início de relações afetivo-sexuais, por vezes negligenciada.

A ausência de obrigatoriedade da educação para a sexualidade nos currículos institucionais aprofunda a vulnerabilidade de adolescentes, sobretudo porque, embora respaldada legalmente, essa temática “ainda não é obrigatória nos currículos escolares, contribuindo para a vulnerabilidade das/dos adolescentes” (Schmitt, 2025, p. 11), o que reforça a necessidade de sua inclusão sistemática como dimensão formativa indispensável à garantia de direitos.

Nesse marco, a educação para a sexualidade – terminologia adotada neste estudo – compreende uma proposta voltada à vivência consciente e crítica da sexualidade, capaz de enfrentar e desnaturalizar violências que atravessam o cotidiano juvenil (Varela; Ribeiro, 2017). Essa perspectiva abrange “informações e reflexões acerca de uma ampla gama de tópicos necessários para a saúde, bem-estar e formação integral e emancipadora, de modo que possam entender melhor a si e ao outro, assim como tomar decisões sobre sua vida sexual” (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 03). Assim, promove condições para que adolescentes exerçam sua sexualidade com maior responsabilidade, conhecimento e assertividade. Conforme a UNESCO (2019), a Educação Integral em Sexualidade é um processo de ensino estruturado, baseado em evidências científicas e nos direitos humanos, que oferta informações adequadas à idade e desenvolve habilidades para que crianças e adolescentes façam escolhas seguras, responsáveis e respeitadas sobre corpo, relações, gênero e sexualidade.

De acordo com Dayrell (2003), a juventude é uma construção social e cultural na qual as transformações físicas e psíquicas dos indivíduos fazem parte de um processo contínuo de formação de identidade, em que cada etapa possui seu próprio significado, ultrapassando a ideia de uma simples transição de uma fase para outra.



Indicadores nacionais evidenciam a urgência da educação para a sexualidade como estratégia de prevenção e enfrentamento às violências que atingem crianças e adolescentes: em 2022, foram registrados 74.930 casos de estupro e estupro de vulnerável, o maior número da série histórica até aquele momento, o que corresponde a uma taxa de 36,9 ocorrências por 100 mil habitantes e a um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior.¹ Desse total, 75,8% das vítimas eram consideradas vulneráveis por terem menos de 14 anos ou não serem capazes de consentir, e aproximadamente 8 em cada 10 vítimas eram menores de idade, com destaque para o fato de que 61,4% tinham no máximo 13 anos. A violência sexual incide de maneira marcadamente desigual: 88,7% das vítimas são meninas e 56,8% se declaram negras, evidenciando o cruzamento entre desigualdades de gênero, idade e raça na produção dessas violências (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Além disso, em 82,7% dos casos o agressor é alguém conhecido, e entre crianças de 0 a 13 anos a autoria recai majoritariamente sobre familiares (64,4%), com os episódios ocorrendo, em sua maioria, dentro da residência (68,3%). Trata-se, portanto, de uma violência predominantemente intrafamiliar, cotidiana e naturalizada, que se inscreve em relações desiguais de gênero e poder e torna bastante difícil e complexo o reconhecimento do abuso pelas vítimas e a ruptura dos vínculos com o agressor. Detalhando a faixa etária de vítimas até 14 anos, merece atenção o fato de que 7,8% dos registros tiveram como autores parceiros ou ex-parceiros íntimos – categoria corrigida pela instituição responsável pelo levantamento dos dados porque crianças nessa faixa etária não podem consentir relações sexuais, o que denota, além da gravidade dos casos, falhas recorrentes nas classificações oficiais. Entre vítimas com 14 anos ou mais, 24,4% dos estupros foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros íntimos, 37,9% por familiares e 15% por outros conhecidos, enquanto somente 22,8% envolveram desconhecidos. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

A classificação de crianças adolescentes de menos de 14 anos como vítimas de parceiros ou ex-parceiros íntimos se traduz em uma distorção grave nos registros oficiais e traz à tona um aspecto sensível da violência sexual

¹ Optou-se por apresentar dados referentes ao ano em que foi realizado o projeto de educação para a sexualidade aqui tratado. Em comparação aos dados de 2022, que já apontavam elevada incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes, os números mais recentes reforçam e ampliam essa tendência. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 (referente a 2024) registrou 87.545 casos de estupro e estupro de vulnerável, superando os totais dos anos anteriores e configurando o maior volume da série histórica. Assim como em 2022, as vítimas seguem majoritariamente na infância: 61,3% tinham até 13 anos, com maior concentração entre 10 e 13 anos. A predominância da violência intrafamiliar também se intensifica: familiares foram responsáveis por 59,5% das agressões contra crianças de 0 a 13 anos, e 65,7% dos casos ocorreram dentro das residências, indicando continuidade e agravamento do padrão identificado nos levantamentos anteriores (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).



infantil: a erotização e a falsa atribuição de consentimento em situações que, por definição legal e ética, são sempre abuso. Crianças, especialmente, não têm capacidade física, cognitiva nem emocional para estabelecer qualquer relação de intimidade sexual; portanto, classificá-las como envolvidas em vínculos afetivo-sexuais equivale a encobrir uma iniciação sexual que, talvez, tenha sido forçada e/ou mascarada por laços de confiança, cuidado ou dependência. Esse tipo de registro demonstra falhas na tipificação dos casos e expõe como determinadas formas de violência são naturalizadas a ponto de serem confundidas com “relacionamentos”. Por outro lado, no caso de adolescentes com 14 anos ou mais, que já podem estabelecer relações afetivo-sexuais, os dados assinalam a importância da educação para a sexualidade como componente essencial da formação e da proteção integral. Nessa etapa, uma proporção significativa das violências sexuais é praticada por parceiros ou ex-parceiros, o que mostra que a entrada na vida sexual – especialmente quando permeada por desigualdades de gênero e poder ou dependência emocional – pode sujeitar adolescentes a práticas abusivas e violações de direitos.

No Brasil, a maternidade na adolescência supera índices de nações de renda média e alta, evidenciando um quadro persistente de vulnerabilidade social e reprodutiva entre meninas brasileiras. Entre 2020 e 2022, foram registrados mais de um milhão de nascimentos de bebês de mães entre 15 e 19 anos e mais de 49 mil de mães entre 10 e 14 anos. A distribuição territorial desses números aponta que os municípios com maiores níveis de privação socioeconômica concentram as taxas mais elevadas, enquanto os territórios com melhores indicadores apresentam os menores índices, demonstrando que a gravidez precoce está profundamente vinculada às condições estruturais de desigualdade (Barros et. al, 2025). Nesse mesmo período, 797 meninas de até 14 anos foram mães em Santa Catarina.²

Nesse cenário, a educação para a sexualidade cumpre um papel decisivo ao fornecer informações que permitam distinguir consentimento de coerção, reconhecer sinais de relacionamentos abusivos, compreender direitos sexuais e reprodutivos e desenvolver habilidades para estabelecer limites, cuidar de si e buscar apoio quando necessário. Ao mesmo tempo, a escola assume um papel estratégico não somente na identificação e notificação das violências, mas, sobretudo, na formação crítica de crianças e adolescentes para que compreendam o que é abuso sexual, reconheçam situações de risco e se percebam como sujeitos de direitos, o que reforça a centralidade da educação para a sexualidade. Não se trata de incentivar condutas sexuais, e sim de criar

² **NSC Total.** Mais de 790 meninas de até 14 anos foram mães em Santa Catarina entre 2020 e 2022. Florianópolis, 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/mais-de-790-meninas-de-ate-14-anos-foram-maes-em-santa-catarina-entre-2020-e-2022>. Acesso em: 25 nov. 2025.



condições para que adolescentes exerçam sua autonomia de forma segura, informada e ética, rompendo com padrões de violência que muitas vezes se apresentam sob a aparência de vínculos afetivos.

Promulgada em 2024, a Lei nº 14.811 afirma o papel da escola na prevenção das violências sexuais ao instituir a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.³ A normativa determina a formação continuada de profissionais, o fortalecimento dos protocolos de identificação e acolhimento e a articulação com a rede de proteção, reconhecendo que práticas educativas sobre sexualidade, consentimento e direitos são componentes essenciais da proteção integral, legitimando e reforçando iniciativas pedagógicas.

Apesar disso, a discussão sobre sexualidade no ambiente escolar ainda é um tema delicado, envolto em mitos, estereótipos, valores e crenças, abordada de maneira superficial nas conversas entre as/os adolescentes e familiares, e de modo predominantemente biologicista⁴ (Ferreira; Piazza; Souza, 2019). Mesmo com normativas e diretrizes nacionais que respaldam a oferta da educação para a sexualidade na escola, o Brasil não possui lei específica que consolide em sua prática pedagógica (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997, abordavam a educação para a sexualidade de forma transversal e interdisciplinar, entendendo-a como um aspecto inerente à vida, com dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais, e incluíam temas como puberdade, relações sexuais, prevenção de ISTs e afetividade.⁵ No entanto, após o golpe na Presidência da República em 2016, um movimento ultraconservador e fundamentalista se fortaleceu no Brasil.⁶ Uma das primeiras medidas do novo governo foi a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415 em fevereiro de 2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio, que impulsionou discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular

³ BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14811.htm. Acesso em: 26 nov. 2025.

⁴ Conteúdos trabalhados dentro do currículo escolar centrados de maneira geral em questões biológicas e preventivas, não abordando temas subjetivos como diversidade sexual, por exemplo (Vieira; Matsukura, 2017).

⁵ BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs): Volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

⁶ Golpe de Estado de 2016: evento que tratou da deposição da então Presidente do Brasil, eleita democraticamente, Dilma Rousseff, através de um impeachment articulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Congresso Nacional, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal e Polícia Federal, ao qual resultou na subida ao cargo de Presidente o então Vice-Presidente da República Michel Temer, com a intenção de mudar o regime político do país.



(BNCC)⁷ (Cassiavillani; Albrecht, 2023), que não define sexualidade e limita-se a breves menções sobre reprodução, gravidez na adolescência e ISTs, omitindo discussões sobre gênero, retrocedendo em relação às práticas pedagógicas dos PCNs (Silva; Bizelli, 2022; Furlani, 2008).

Mesmo com o esvaziamento das discussões sobre gênero na BNCC, outras normativas estaduais e municipais embasam as discussões de gênero e sexualidade. Entretanto, não há lei nacional que regulamente a educação sexual nas escolas (Cassiavillani; Albrecht, 2023)⁸. Apesar desse cenário, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina constitui um importante contraponto, pois reafirma a relevância das relações de gênero e da diversidade sexual como dimensões formativas e orienta um currículo comprometido com os direitos humanos. Embora apresente lacunas quanto ao detalhamento pedagógico, o documento catarinense reconhece gênero como construção social, valoriza identidades e orientações diversas e inscreve esses temas entre os elementos estruturantes da diversidade (Santa Catarina, 2014). Assim, mesmo diante do retrocesso representado pela BNCC, a PCSC mantém aberto o espaço institucional para a educação sexual e para o enfrentamento de práticas discriminatórias no ambiente escolar.

Nesse contexto, o presente artigo resulta do projeto pedagógico interdisciplinar de educação para a sexualidade intitulado “Uma amiga quer saber – Sexualidade na Adolescência”, realizado em 2022 em uma escola pública estadual do planalto catarinense, com a finalidade de atender às demandas das/dos estudantes e da gestão escolar por espaços de diálogo qualificado.

Percurso metodológico e produção de dados

A pesquisa foi realizada por meio de um projeto pedagógico interdisciplinar, desenvolvido em uma escola estadual de educação básica, com foco na prevenção e enfrentamento das violências sexuais contra adolescentes. Implementado entre março e maio/2022, contou com a participação de uma professora externa e de uma docente da unidade escolar, em consonância com a equipe gestora. As atividades abrangeram estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, totalizando 160 participantes.

A escola foi mapeada de acordo com fatores socioeconômicos e de vulnerabilidade da comunidade na qual está inserida, considerando também a necessidade observada pela equipe gestora e professoras/es da instituição

⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

⁸ BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs): Volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.



quanto às formas de abordar temáticas relacionadas à sexualidade. Situada em uma área periférica da cidade, com estudantes predominantemente das classes média baixa e baixa, residentes nas proximidades da escola e, majoritariamente, vindos de escolas públicas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da escola, no ano de 2023, foi de 4,7 considerado muito abaixo da média nacional (QEdu, 2025)⁹.

Quando da proposição do projeto, a equipe pedagógica destacou que muitos adolescentes, inclusive aqueles com filhos ou em vias de tê-los, sofriam impactos significativos em suas trajetórias escolares, familiares e pessoais. Havia também a suspeita de violência sexual contra estudantes, tema considerado sério e sensível pelo grupo. Desse modo, o projeto fundamentou-se na Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE)¹⁰, implementada pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) em 2011, que estabelece coordenações em níveis estadual e regional, além da formação de um Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências em cada uma das mais de 1.040 unidades escolares da rede pública estadual.

Referente ao público-alvo, mesmo reconhecendo que a sexualidade se manifesta ainda na infância – e que a educação para a sexualidade deveria anteceder essa fase, em vez de limitar-se à ideia de que a “iniciação sexual” ocorre apenas com a capacidade reprodutiva (Furlani, 2009, p. 45) –, considerou-se o recorte etário de maior incidência de gestações, de casos previamente registrados de violação de direitos e de manifestação de interesse e urgência na discussão. Assim, o projeto abrangeu estudantes com idades entre 12 e 19 anos.

Visando construir um conhecimento gradual e reflexivo, compôs-se a seguinte ementa (em que cada tópico se refere a um encontro realizado), enviada antecipadamente às famílias dos/das estudantes em forma de aviso impresso:

1. Sexualidade: apresentação do projeto e elaboração de contrato de convivência ético;
2. Adolescências: o que é, quando começa, mitos e verdades;
3. Descobrimos quem sou e entendendo a diversidade: diálogos sobre gênero, orientação sexual e respeito (racismo, bullying, lgbtfobias);
4. Conhecendo o corpo: diferenças e semelhanças e o ciclo menstrual;
5. Estou preparado para ser mãe/pai?: roda de conversa e relato de experiência de estudantes que já vivenciam a maternidade/paternidade, métodos de contracepção;

⁹ Dados disponíveis em: <https://qedu.org.br/>, acessado em março de 2025.

¹⁰ <https://www.sed.sc.gov.br/conselhos-foruns-e-nucleos/orientacoes-e-cadernos-de-politicas-nas-diversidades/>



6. Prevenção é essencial: ISTs e orientações;

7. Violências: tipos de violência, relacionamentos abusivos, denúncia, rede de proteção;

8. Sou adolescente e tenho direitos: conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente;

9. Encerramento: aplicação de questionário avaliativo semiestruturado sobre o projeto

Como metodologia dos encontros, optou-se pela oficina, que promove a colaboração entre facilitadores e participantes e constitui um espaço interativo e dinâmico propício para a exploração de temas específicos de maneira prática e participativa (Milet; Marconi, 1992). A escola disponibilizou uma sala multidisciplinar com recursos audiovisuais onde todos os encontros ocorreram. As/os estudantes foram agrupadas/os em cinco turmas, conforme variabilidade de faixa etária e afinidades prévias: nono ano vespertino (24 estudantes); oitavo ano vespertino (22 estudantes); 1ª série do ensino médio (37 estudantes); oitavo e nono anos matutino (50 estudantes); 2ª e 3ª séries do ensino médio (27 estudantes).

Os encontros foram organizados semanalmente, totalizando 18 horas/aula para cada grupo, além do período destinado a atendimentos individuais. Em cada sessão, foram disponibilizados materiais audiovisuais, teóricos e lúdicos, bem como propostas de atividades em grupo ou individuais. Para incentivar a participação e o diálogo, cada turma recebeu uma caixa destinada ao depósito de perguntas anônimas relacionadas aos temas abordados. As caixas permaneceram nas salas de aula ao longo do projeto e, ao final de cada encontro, eram recolhidas. As perguntas pertinentes, previamente avaliadas, eram respondidas no encontro seguinte. Todos os encontros foram acompanhados pelas/os professoras/es regentes de turma e por representantes da equipe gestora, com a autorização da coordenação regional de ensino.

Ao final do projeto, no último encontro de cada turma, aplicou-se um formulário on-line e anônimo (via Google Forms) com o objetivo de avaliar a intervenção realizada, o conteúdo abordado, a didática, a percepção dos conceitos explorados, a relevância e o entendimento das/os estudantes participantes do projeto.

Os dados produzidos nos encontros e compilados por meio de questionários, de natureza quantitativa e qualitativa, são apresentados na seção seguinte, juntamente com os achados empíricos extraídos dos diários de campo das pesquisadoras. Ambos os conjuntos de dados foram tratados por meio da análise temática (Braun; Clarke, 2006), na qual a interpretação é orientada por temas – compreendidos aqui como agrupamentos de códigos semelhantes e coerentes entre si. Ressalta-se que a prevalência dos temas identificados não



deriva necessariamente de sua frequência numérica, mas da relevância atribuída aos significados latentes que emergem dos dados. O processo analítico envolveu a categorização do material coletado, seguida do agrupamento das categorias em temas, considerando os contextos históricos e socioculturais que permeiam as questões de gênero e sexualidade.

Resultados e discussão das ações do projeto e dos achados empíricos

De 160 adolescentes participantes do projeto, 108 responderam ao formulário online aplicado no último encontro, correspondendo a 68% do total. No decorrer dos encontros, observou-se uma ampliação progressiva da participação, acompanhada de evoluções perceptíveis nas interações sociais, notadas tanto no ambiente escolar quanto por meio de relatos feitos às pesquisadoras. Entre as mudanças destacam-se a redução de práticas de bullying, homofobia e assédio, bem como um manejo mais construtivo dos conflitos interpessoais. Adicionalmente, verificaram-se a diminuição de atitudes sexistas, a problematização de estereótipos associados ao estupro e o questionamento crítico de outras formas de violência.

A socialização de adolescentes, quando marcada por proibição e opressão, pela família ou escola, pode colocá-las/os em situação de vulnerabilidade em relação a seus corpos, desejos e escolhas, negando-lhes a possibilidade de tomar decisões conscientes e informadas (Freitas; Brêtas, 2020). Quando questionadas/os sobre suas percepções acerca da adolescência, evidencia-se a vivência de pressões emocionais e sociais, como demonstram as falas a seguir:

“Ser adolescente é muito ruim. Você carrega vários pensamentos negativos. Nada dá certo. Às vezes parece que não dá tempo pra mim”. (Estudante 1)

“Eu penso que é uma fase onde se machuca muito, decepção, onde tudo cai sobre você”. (Estudante 2)

“Esperavam que eu trabalhasse ou fosse o pai da casa. Isso me pressiona bastante, pois só queria me divertir nessa fase”. (Estudante 3)

Apesar dos pensamentos conflitantes e da sobrecarga, há narrativas de euforia:

“Eu amo ser adolescente. As pessoas pensam que eu vou engravidar com 15 anos, mas isso não vai acontecer”. (Estudante 4)

“Gosto de ser, posso estudar, sair conversar com amigos, etc”. (Estudante 5)

Tais narrativas transparecem diferentes subjetividades, sugerindo que adolescentes não podem ser qualificadas/os como um coletivo uniforme, dotado



de interesses homogêneos ou que pertençam necessariamente a uma faixa etária definida apenas biologicamente (Cardozo et al., 2017).

O perfil das/dos estudantes participantes

Das/dos 108 respondentes, 51% se declararam do gênero feminino, 44% do gênero masculino e 5% como transgênero feminino, transgênero masculino ou não binário. Quanto à orientação sexual, 73% se identificaram como heterossexual e 20% como bissexual, enquanto 4% declararam-se homossexual e 3% indicaram identificação pansexual ou ausência de definição.

A faixa etária média predominante é de 15 anos, com 25%, seguida por 19% com 16 anos, 18% com 14 anos, 15% com 13 anos, 15% com 17 anos e 8% com 18 anos. Quanto à autodeclaração de cor/raça/etnia, o grupo predominante identificou-se como branco, representando 49%, seguido pelos grupos preto ou pardo, com 27%; indígena, 5%; e oriental, 2%. Outros 15% marcaram “outro”, o que sugere incerteza quanto ao pertencimento étnico-racial.

O formato familiar biparental (pai/mãe; mãe/padrasto; pai/madrasta, etc.) foi majoritário, representando 55% das respostas; enquanto 30% indicaram família monoparental (somente pai/mãe; somente avó/avô; somente outro familiar) e 15% apontaram outros formatos.

Partindo dos dados produzidos nos encontros, das respostas ao questionário e das observações empíricas, foram identificados quatro temas de análise: conhecimentos e práticas de diálogo sobre sexualidade; processos de educação para a sexualidade e estratégias de prevenção às violências; atenção e procedimentos de atendimento às situações de violência; e desafios da promoção da educação para a sexualidade em contexto marcado por discursos reacionários.

Conhecimento e diálogo sobre sexualidade

Das/os 108 respondentes do formulário, 65% disseram não ter uma vida sexual ativa, enquanto 35% relataram já ter tido ao menos uma experiência sexual. Segundo Costa et al. (2020), não há padronização estabelecida quanto ao que é considerado iniciação precoce de atividade sexual. Estudos indicam que a média de iniciação sexual de adolescentes brasileiras/os é de 15 anos de idade, sendo considerada precoce quando ocorre abaixo dessa faixa etária (Silva et al., 2015). A iniciação sexual precoce pode acarretar não só danos físicos e biológicos, como aumento da incidência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência, comprometendo a saúde reprodutiva e produzindo repercussões psicossociais relevantes, como o uso abusivo de drogas e álcool, além da evasão escolar (Costa et al., 2020).



Apesar de a educação para a sexualidade constituir uma dimensão fundamental da saúde e dos direitos humanos, ainda hoje muitos países, instituições, sistemas de ensino e governos, além de pessoas do convívio diário dos/as adolescentes, como familiares e educadores/educadoras, evitam o assunto (Neves; Gomes, 2016), resultando na falta de informação e no despreparo para lidar com a sexualidade.

A educação para a sexualidade enfrenta entraves que se enraízam tanto na dimensão sociocultural quanto na dimensão institucional. No âmbito sociocultural, persistem tabus, mitos e valores moral-religiosos que moldam percepções distorcidas sobre o tema, sustentando a crença equivocada de que abordar sexualidade estimularia crianças e adolescentes à prática sexual (Cassiavillani; Albrecht, 2023). No plano institucional, tais concepções repercutem diretamente nas práticas pedagógicas e na cultura escolar, manifestando-se na resistência de algumas/alguns educadoras/es e de determinadas instituições em incorporar o tema de maneira sistemática e formativa. Dessa forma, a articulação entre as dimensões sociocultural e institucional evidencia como barreiras históricas, simbólicas e organizacionais ainda dificultam a efetivação da educação para a sexualidade na escola.

As orientações da UNESCO (2019) apontam que enfrentar essas barreiras requer ação conjunta entre escola, famílias e comunidade: normas socioculturais restritivas devem ser discutidas com lideranças locais, de modo a construir apoio aos programas de educação em sexualidade; no plano institucional, recomenda que as escolas assumam de forma clara a implementação de currículos baseados em evidências, complementando o papel das famílias e garantindo ambientes seguros de aprendizagem. A articulação com serviços de saúde e garantia de direitos produz um compromisso compartilhado de superação desses entraves e, conseqüentemente, melhores resultados em proteção e desenvolvimento adolescente.

Questionadas/os se já haviam tido acesso a informações sobre sexualidade fora da escola antes do projeto, 43% responderam que sim, 18% que não e 39% disseram que possuíam apenas informações esparsas. Perguntadas/os se já haviam acessado informações sobre sexualidade na escola antes do projeto, 21% responderam que sim, 23% que não e 56% indicaram ter contato limitado com o tema. Considerando que informações obtidas em espaços exteriores à escola podem não ter respaldo científico e ético, a maior incidência de contato com informações sobre sexualidade fora do ambiente escolar reforça a necessidade de discussão em espaço educativo formal, superando abordagens estritamente biológicas e incorporando a complexidade da sexualidade enquanto fenômeno social, cultural e psicológico.



Sobre ter alguém com quem conversar e tirar dúvidas sobre sexualidade fora do projeto, a resposta foi positiva para 43% e negativa para 57% das/os estudantes. Quanto a conversar com mãe, pai e/ou responsáveis sobre sexualidade, 37% afirmam se sentir desconfortáveis, com vergonha de perguntar, enquanto 19% não têm vergonha e 44% indicaram que o conforto depende do tema tratado. Por outro lado, perguntar sobre sexualidade para amigas/os ou conhecidas/os é algo que deixa 29% das/os participantes desconfortáveis, enquanto 26% não sentem desconforto ou vergonha e, para 45%, depende do assunto.

A ausência de diálogo qualificado sobre sexualidade, tanto na escola como fora dela, associada a comportamentos de risco (sexo desprotegido, consumo abusivo de drogas/álcool), faz com que adolescentes busquem outras fontes (sites da internet, revistas) para obter informações na tentativa de sanar suas dúvidas (Magrin et al., 2022). As mídias sociais exercem impacto significativo, influenciando a formação das identidades dos indivíduos ao serem interpretadas como verdades (Malho; Teixeira, 2015). Além disso, artefatos culturais – como músicas, sites, podcasts, filmes e séries – comunicam significados, valores e costumes que, apesar de constituírem ferramentas pedagógicas informais, também podem reforçar comportamentos machistas, sexistas e discriminatórios, de maneira explícita ou sutil (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017).

Em contrapartida, 79% das/dos estudantes afirmaram conseguir conversar abertamente sobre sexualidade nos encontros do projeto, enquanto a minoria, 21%, disse ainda não se sentir confortável para isso, demonstrando que a educação para a sexualidade em contexto escolar pode, de fato, acolher dúvidas desse público, ao mesmo tempo em que oferece informações científicas com linguagem e didática adequadas.

Educação para a sexualidade e prevenção às violências

Questionadas/os sobre a importância de conversar sobre abuso sexual, 97% das/dos participantes consideram a temática pertinente, enquanto 3% discordaram. Deste total, 57,5% conhecem alguém que já sofreu abuso sexual e 32,5% afirmaram não conhecer. Perguntadas/os sobre saber identificar um caso de abuso sexual antes do projeto, 61% disseram que saberiam identificar, enquanto 39% disseram não saber, o que representa uma incerteza expressiva sobre um conhecimento fundamental à proteção de crianças e adolescentes.

Questionadas/os se já sofreram algum tipo de violência, todas/os as/os participantes responderam afirmativamente e 15% alegaram ter sofrido violência sexual, corroborando os dados do Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil, que aponta que, entre 2017 e 2020, foram



registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável, com vítimas de até 19 anos (Unicef, 2021). A violência sexual é definida como a prática ou a tentativa de atos sexuais, incluindo comentários sexuais indesejados, ações de coerção ou qualquer forma de violação da sexualidade de uma pessoa (Souza et al., 2020).

No cenário nacional, a maioria das vítimas de violência sexual é composta por meninas, quase 80% do total; entre elas, uma parcela significativa está na faixa etária de 10 a 14 anos, destacando-se os 13 anos como a idade mais atingida. Das vítimas de 10 a 14 anos de idade, 62% foram abusadas dentro de casa e 58% foram violentadas por pessoas próximas ou conhecidas (Unicef, 2021). No cenário estudado, 16 participantes responderam já ter sofrido algum tipo de violência sexual: 94% meninas identificadas com o gênero feminino e 6% adolescentes trans não binárias. Quanto ao local ou por parte de quem sofreram violência, com possibilidade de marcar mais de uma opção, 44% informaram ter ocorrido na rua, por desconhecidos, enquanto 38% assinalaram ter ocorrido em casa, por familiares; outros 31% por pessoas próximas à família, e 25% informaram ter ocorrido na escola. O fato de a escola aparecer com esse índice converge com o apontado pelo 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre assédio sexual, segundo o qual 4,8% das instituições educacionais do território de Santa Catarina possuem registros dessa natureza, mais que o dobro da média nacional (Lima; Martins, 2023, p. 355-356).

Além da violência sexual (“assédio, estupro, importunação sexual”), 44% das/os estudantes assinalaram já ter sofrido violência física (“bater, empurrar, beliscar”), 55% violência psicológica (“ameaça, humilhação, ofensa, palavrões”), 32% violência moral (“calúnia, dizer coisas más sobre você ou alguém da sua família”), 15% violência patrimonial (“tirar objetos ou dinheiro, estragar objetos pessoais ou vestimentas de propósito”), 14% bullying ou cyberbullying (“humilhação, chacota entre o grupo ou nas redes sociais”), 32% exclusão de um grupo (“não querer a convivência com alguém”) e 19% outras formas de violência não descritas nas opções oferecidas. Todas as expressões de violências contidas nas opções apresentadas no questionário foram abordadas no decorrer dos encontros.

Quanto à origem dessas violências, 44% disseram ter ocorrido dentro da escola, 33% por pessoas próximas, 32% na rua ou por pessoas desconhecidas e 25% dentro de casa, pela própria família. Esse cenário evidencia que espaços e pessoas socialmente atribuídos à função de proteção – como escola, família e rede de convivência – foram proporcionalmente mais citados do que a rua ou agressões cometidas por desconhecidos, o que reforça a necessidade de ações formativas que contemplem a prevenção, o reconhecimento e o enfrentamento



das violências em âmbito escolar e comunitário.

Em relação às designações de violências oriundas de tipificações legais, optou-se pela Lei nº. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha¹¹, para qualificar diferentes formas de violência. Embora essa lei trate de violência doméstica e familiar contra a mulher, suas definições têm sido adotadas para categorizar e analisar violências em outros contextos. Conforme a legislação, a violência sexual compreende qualquer ato que force alguém a participar de atividade sexual indesejada, induzir a comercializar ou usar sua sexualidade, restringir o uso de contraceptivos, ou coagir ao casamento, gravidez, aborto ou prostituição mediante coação, chantagem ou manipulação, além de práticas que limitem ou anulem os direitos sexuais e reprodutivos da vítima.

Desde 2009, o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) tipifica especificamente o estupro de vulnerável, considerando crime a conjunção carnal ou outro ato libidinoso contra vítimas de até 13 anos ou incapazes de consentir. Além disso, estabelece distinção entre violência sexual e crimes contra a dignidade sexual – entendidos como violações de natureza física, psicológica ou por ameaça – que abrangem violação sexual mediante fraude, importunação sexual, assédio sexual, registro não autorizado da intimidade sexual, estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia na presença de criança ou adolescente, exploração sexual, divulgação de estupro ou pornografia e ato obsceno. Todas essas formas de violência atravessam o cotidiano escolar e foram discutidas ao longo do projeto.

Como percepções posteriores ao projeto, 68% consideram a escola um ambiente seguro para falar de violência, contra 32% que discordam. Quando o assunto é sexualidade, 47% consideram, a partir da experiência do projeto, a escola como ambiente seguro para tratar do tema, enquanto a maioria, 53%, discorda. Essa comparação evidencia um grau distinto de confiança depositada pelas/os estudantes na instituição escolar, indicando abertura maior para o diálogo sobre violências em contraste com as persistentes barreiras socioculturais que envolvem o debate sobre sexualidade.

¹¹ Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica e bioquímica brasileira que, em 1983, sofreu dupla tentativa de feminicídio (assim entendido desde 2015, é o homicídio qualificado, considerado hediondo, que envolve violência familiar ou doméstica, menosprezo ou discriminação em razão do gênero) por parte de seu marido. Diante de dois julgamentos que deixaram o criminoso impune, Maria da Penha lutou por justiça levando o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, o que ocasionou na responsabilização, em 2001, do Estado Brasileiro por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica. Após vasto debate público, político e jurídico, o projeto de lei foi apresentado e aprovado por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional.



Em estudo realizado com professoras/es da rede pública estadual do Rio de Janeiro sobre o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)¹², foram destacados diversos obstáculos enfrentados por docentes para desenvolver atividades voltadas à educação para a sexualidade, entre os quais a resistência de gestoras/es em incorporar novos projetos, as restrições de responsáveis quanto ao tema e a postura conservadora de outros profissionais e de estudantes em participar de debates sobre questões LGBTQIAPN+ (Soares; Monteiro, 2019).

A violência aparece, então, como um tema mais socialmente aceito dentro da escola do que a sexualidade, o que revela uma hierarquização das pautas associadas à proteção infantojuvenil, na qual o cuidado com a integridade física e emocional tende a ser mais legitimado do que discussões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos. Embora o projeto tenha ampliado significativamente o espaço de diálogo sobre sexualidade, permanece o desafio de consolidar a escola como um ambiente percebido como seguro e acolhedor por todas/os as/os estudantes.

Quando perguntadas/os sobre o que acharam de um projeto de educação para sexualidade na escola, algumas das respostas foram:

“O projeto é super interessante, traz temas que precisam ser debatidos sem receio e aborda assuntos de extrema necessidade para sabermos cuidar de nós mesmos e das pessoas à nossa volta”. (Estudante 6)

“Foi mto bom, espero q continue, gostei mto, queria q continuasse pq eu n tenho ngm pra conversar e falar sobre oq eu sinto...” [sic] (Estudante 7)

“Eu gostei muito das aulas, no começo eu achava que não ia adiantar nada mas com o tempo fui descobrindo que foi muito importante para minha vida”. (Estudante 8)

Todavia, as razões pelas quais parte do público não se sentiu plenamente confortável para discutir sexualidade no ambiente escolar ainda demandam uma investigação mais aprofundada. Para além das barreiras já mencionadas, é possível considerar a insuficiência de formação específica para educadoras e educadores, aspecto historicamente negligenciado na formação inicial de docentes. De acordo com Soares e Monteiro (2019), o surgimento da epidemia de HIV/AIDS no final da década de 1980 e o aumento da gravidez na adolescência impulsionaram a demanda por iniciativas voltadas à saúde sexual e reprodutiva em contexto escolar. No entanto, a literatura aponta que profissionais da

¹² O Curso de Gênero e Diversidade na Escola foi ofertado em um projeto piloto em 2006, resultado de uma articulação entre diversos ministérios (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), o Conselho Britânico (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos.



educação frequentemente relatam não possuir preparo teórico, metodológico e emocional para abordar os múltiplos aspectos que envolvem a sexualidade, o que resulta em práticas centradas quase exclusivamente em conteúdos biológicos, com enfoque restrito aos sistemas reprodutivos masculino e feminino ou sustentadas por uma perspectiva científica fragmentada e reducionista.

Atenção e atendimento às violências

Embora a discussão central do projeto fosse sobre sexualidade, as suspeitas de violências e as revelações espontâneas de violações, sejam violência sexual ou outras, motivaram a inclusão de questões sobre o estado emocional das/dos participantes no questionário. Questionadas/os sobre seu estado emocional, 56% das/os participantes responderam não conseguir falar sobre isso durante os encontros, enquanto 44% afirmaram conseguir. Quanto a ter com quem conversar sobre emoções fora dos encontros e da escola, 43% indicaram dispor de alguém, ao passo que a maioria, 57%, informou não contar com nenhuma pessoa para esse diálogo, o que evidencia a carência de apoio psicológico e a fragilidade das relações de confiança entre participantes e familiares.

As consequências da violência são diversas e significativas. Adolescentes que vivenciam tais experiências têm maior risco de desenvolver problemas psicológicos e psiquiátricos, como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ideação suicida, tentativas de suicídio e abuso de substâncias, além de maior suscetibilidade a engravidar mediante abuso sexual e a contrair ISTs (Nunes; Lima; Moraes, 2017).

Questionadas/os sobre a necessidade de suporte psicológico durante o projeto, 64% indicaram não demandar acompanhamento, 12% afirmaram precisar de algum tipo de apoio, enquanto 24% relataram sentir vergonha de pedir ajuda. Tais porcentagens reforçam a urgência de mecanismos permanentes de escuta, acolhimento e encaminhamento, especialmente diante do silêncio motivado por constrangimento ou medo, alertando para a importância de encaminhamento das/dos estudantes aos serviços da rede intersetorial, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar ou atendimento psicológico via Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, destaca-se a relevância de ofertar cursos e capacitações para profissionais da educação no que se refere ao acolhimento de vítimas e testemunhas de violência, considerando que a escola integra o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Durante as atividades, todas/os as/os estudantes tiveram resguardado o direito de se retirar da sala caso se sentissem desconfortáveis com os diálogos,



além de contar com escuta e suporte das responsáveis pelo projeto, da equipe pedagógica e do Núcleo de Educação, Prevenção, Atendimento e Atenção às Violências na Escola (NEPRE). Diante das situações de violência identificadas, as/os estudantes que necessitaram de acolhimento foram encaminhados à rede de proteção, ao CRAS da região na qual a escola está inserida e ao Conselho Tutelar.

Além de garantir os direitos dos/as adolescentes, o processo de atender cada caso possibilitou o entendimento prático da equipe pedagógica sobre fluxos de encaminhamentos estabelecidos na política estadual do NEPRE. Especialmente no que se refere à articulação contínua entre escola e Conselho Tutelar, serviços de saúde, segurança e assistência social, e do Protocolo de Integração da Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Lages (SC). Esse protocolo envolve procedimentos como a escuta especializada, o levantamento de históricos em serviços públicos de saúde e assistência social, a análise da frequência e do comportamento escolar e o cumprimento de medidas judiciais de proteção.

Os dados obtidos no processo de avaliação das intervenções do projeto apontam que as discussões e a abordagem das oficinas contribuíram para a identificação, para a prevenção e para o enfrentamento às violências dentro e fora do ambiente escolar, fortalecendo o papel da escola no trabalho intersetorial voltado à garantia de direitos – achados que convergem com as Orientações Técnicas Internacionais sobre Educação em Sexualidade que demonstram como programas contínuos e baseados em evidências fortalecem a capacidade de adolescentes reconhecerem e prevenirem situações de violência, coerção e abuso ao desenvolver competências como comunicação, tomada de decisão e autorregulação, fundamentais para a proteção integral (UNESCO, 2019).

A educação para sexualidade em contexto reacionário

A exclusão das temáticas de gênero e sexualidade dos currículos escolares, sobretudo em âmbito nacional, está relacionada ao discurso de pânico moral em torno da chamada “ideologia de gênero”, conceito deliberadamente distorcido na retórica reacionária de segmentos religiosos e ultraconservadores, com o objetivo de deslegitimar políticas de equidade de gênero e frear avanços sociais. Tal construção discursiva tem sido instrumentalizada para atacar direitos fundamentais, movimentos feministas, iniciativas de educação em gênero e a aceitação da diversidade sexual, sustentando e reproduzindo práticas discriminatórias como homofobia, machismo e transfobia, além de reivindicar uma pretensa moralidade tradicional cisgênera, heterossexual e de cunho fundamentalista (Junqueira, 2018).

Butler (2024) adverte que a campanha antigênero constitui uma força aliada ao autoritarismo e à desinformação em diversos países, incluindo o Brasil,



especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Segundo a autora, tal campanha condensa no fantasma moral da “ideologia de gênero” um repertório de valores, discursos e iniciativas que mobilizam medo e hostilidade, ao mesmo tempo em que buscam impor censura e silenciamento a comunidades historicamente vulnerabilizadas. Ao incidir sobre o imaginário coletivo, esse movimento alimenta a repressão às discussões e aos estudos de gênero, promovendo a negação da existência de pessoas LGBTQIA+ e dos direitos humanos, bem como reforçando uma ordem social de matriz supremacista, racista e patriarcal.

Desde 2011, a disseminação da “ideologia de gênero,” na América Latina, tem impulsionado intervenções em escolas e espaços legislativos, notadamente por meio de iniciativas conservadoras como o “Movimento Escola sem Partido” (MESP)¹³, que busca impedir uma falsa “doutrinação e erotização das crianças”, sustentando-se em uma narrativa moralizante que reivindica um modelo tradicional e heteronormativo historicamente situado (Junqueira, 2022). Entre os exemplos de tais estratégias, destaca-se o discurso alarmista em torno do chamado “kit gay”, utilizado para difundir a alegação infundada de que materiais educativos seriam destinados a “converter” crianças e adolescentes em homossexuais.

Em Santa Catarina, a perseguição à educação em gênero se manifestou por meio de processo contra a professora e historiadora Marlene de Fáveri (da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC), acusada de “doutrinação ideológica” durante as aulas da disciplina História e Relações de Gênero, denúncia formulada por uma aluna de pós-graduação vinculada ao MESP e posteriormente julgada improcedente¹⁴. Outro caso refere-se à demissão de um professor¹⁵ da educação básica em um município do interior, em razão da exibição de um clipe musical que denunciava a homofobia. Esse cenário contrasta diretamente com as recomendações internacionais que fundamentam a

¹³ O Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004 por Miguel Nagib e influenciado por Olavo de Carvalho e Nelson Lehmann da Silva, objetivou combater suposta doutrinação ideológica docente contra estudantes, sendo amplamente apropriado por Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados, e servindo de base para diversas propostas legislativas, como a chamada “Lei da Mordaza”, rejeitada no Congresso Nacional em 2018, que incluía diretrizes sobre o que poderia ou não ser ensinado nas escolas e instituía vigilância e perseguição a professoras/es.

¹⁴ **Ação de aluna contra professora sob alegações de intolerância e perseguição religiosa e político-ideológica é julgada improcedente.** Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, 14 de setembro de 2018. Disponível em: <https://iddh.org.br/acao-de-aluna-contraprofessora-sob-alegacoes-de-intolerancia-e-perseguiacao-religiosa-e-politico-ideologica/>. Acesso em 29 mar. 2025.

¹⁵ MARTENDAL, L. Prefeito demite professor por exibir clipe de Criolo sobre diversidade. **Uol Notícias**. Florianópolis, 26 de agosto de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/26/professor-e-demitido-ao-exibir-clipe-de-criolo-nao->



educação em sexualidade como direito humano. A UNESCO (2019) destaca que restringir ou censurar discussões sobre sexualidade compromete a proteção de crianças e adolescentes, reforçando desigualdades e impedindo que jovens acessem informações essenciais à sua saúde, autonomia e segurança.

Mesmo diante desse cenário adverso, a implementação do presente projeto de educação para a sexualidade tornou-se possível em razão da existência de um currículo local que resistiu às tentativas de censura, bem como pelo interesse manifestado pela comunidade escolar em discutir sexualidade e violências. Tal abertura favoreceu a construção de diálogos éticos, democráticos e pedagogicamente orientados, reafirmando o compromisso da escola com a formação integral de adolescentes e com a defesa dos direitos humanos.

Considerações Finais

Sendo a educação para a sexualidade amparada por diretrizes e documentos normativos do campo educacional, entende-se que a escola, como locus privilegiado da formação integral dos sujeitos, não pode se isentar de promovê-la enquanto mecanismo de garantia dos direitos de crianças e adolescentes e dos direitos humanos. Trata-se de uma responsabilidade institucional que ultrapassa a dimensão curricular, articulando-se ao compromisso ético e legal da escola com a proteção, o cuidado e o desenvolvimento pleno de estudantes.

Com isso, a educação para a sexualidade pode viabilizar a prevenção e o enfrentamento às violências vivenciadas no cotidiano, muitas vezes naturalizadas, tantas outras invisibilizadas por uma sociedade que descredibiliza a construção da subjetividade adolescente, frequentemente reduzida a estereótipos geracionais, deslegitimada em seus afetos, e relegada à margem das políticas públicas, além de não encontrar, em grande parte das instituições escolares, um espaço dialógico seguro e legitimado.

Este estudo constatou que a educação para a sexualidade na educação básica constitui um campo pedagógico capaz de produzir experiências concretas de proteção, promovendo reflexão sobre desigualdades, violências, abusos, saúde física e mental e cidadania, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade crítica das/dos adolescentes diante das relações sociais que os atravessam. Além disso, cria condições reais para articulação intersetorial com políticas de saúde pública, educação, cultura e direitos humanos, fazendo com que o impacto das práticas formativas não permaneça circunscrito à escola, mas reverbere no protagonismo juvenil, fortalecendo sua atuação consciente em diferentes espaços comunitários e sociais.

A oposição aos estudos de gênero não supera, portanto, a realidade; pois estes são, na verdade, não uma ideologia doutrinária, mas um campo científico,



fundamentado em pesquisas consolidadas e em princípios de direitos humanos, assumindo-se como expressão da educação para a autonomia e dignidade de crianças e adolescentes. Tal campo é capaz não só de prevenir violências na escola e na sociedade, mas também de sustentar práticas pedagógicas antidiscriminatórias, laicas, democráticas, equitativas e plurais, essenciais para uma formação comprometida com justiça social e com o reconhecimento da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. A.; CASEIRA, F. F.; MAGALHÃES, J. C. Artefatos culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. [In]: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 284 p. 2017.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19, 2025. ISSN 1983-7364.

BARROS, A. J. D. et, al. Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades marcantes entre municípios e regiões. **SciELO Preprints**, 2025. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.11537. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11537>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BUTLER, J. **Quem tem medo do gênero?** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CARDOZO, F. et al. Iniciação sexual, gênero e homofobia: questões teóricas. In: GROSSI, M.P.; FERNANDES, F.B.M.; CARDOZO, F. **Sexualidades, juventude e representações docentes: Uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2017.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v. 39, e39749, 2023.

COSTA, S. F. DA. et al. Contradições acerca da violência sexual na percepção de



adolescentes e sua desconexão da lei que tipifica o “estupro de vulnerável”. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, p. e00218019, 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1788, 2019.

FREITAS, M. J. D.; BRÊTAS, J. R. Direitos sexuais e reprodutivos: O desafio do exercício da sexualidade na adolescência. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 31, n. 2, 2020.

FURLANI, J. Educação sexual: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. **Perspectiva**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 283-317, 2008.

FURLANI, J. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Sexualidade**. Curitiba, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. A agenda antigênero como diretriz das políticas de Estado: o caso da educação. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; BOER, R. A. (Org). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar**: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades. Rio Grande: Ed. da Furg, 703 p., 2022.

LIMA, R. S.; MARTINS, C. Violência nas Escolas. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2023, p. 335-357. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MALHO, A.; TEIXEIRA, F. Olhares cruzados: videocliques, representações e (des)igualdades de gênero. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, E. P. de Q.; TEIXEIRA, F. (Org). **Atravessamentos**



de gênero, corpos e sexualidades: linguagens, apelos, desejos, possibilidades e desafios.... Rio Grande: Ed. da FURG, 248 p., 2015

MAGRIN, N. P. et al. O impacto de oficinas sobre sexualidade: um relato de experiência com estudantes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. e230929, 2022.

MILET, M. E., MARCONI, R. **Metodologia participativa na criação de material educativo com adolescentes**. Salvador: Paulo Dourado, 1992.

NEVES, M. B. A. S; GOMES, C.A.C. Educação em Sexualidade: “Verdade ou consequência?”. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2016.

NUNES, M. C. A.; LIMA, R. F. F.; MORAIS, N. A. Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 956-969, out. 2017

PREFEITURA DE LAGES. **Protocolo de integração da Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no Município de Lages - SC**. 2022. Disponível em: <https://www.saudelages.sc.gov.br/files/protocolo/1/20230828064709.pdf>. Acesso em 29 mar. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Formação Integral na Educação Básica. Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. **Caderno**: Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola. Secretaria de Estado de Educação. 2018. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola/>. Acesso em 29 mar. 2025.

SILVA, E. C. M; BIZELLI, J. L. O percurso da educação sexual escolar: Proposta para prevenção e combate à violência sexual. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 15, n. 00, p. e022028, 2022.

SOARES, Z. P; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan. 2019.

SOUZA, V. P, et al. Protagonismo de adolescentes no planejamento de ações para a prevenção da violência sexual. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis: v.29 p.1-13, 2020.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade:** uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. Paris: UNESCO, 2019.



UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021.

VARELA, C. M.; RIBEIRO, P. R. C. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**, Rio Grande: Ed. da FURG, p. 11-24. 2017.

VIEIRA, P. G.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola. Concepções e práticas de professores no ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 453-474, 2017.

Agradecimentos

À Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (FAPESC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em: 05/06/2025

Aceito em: 13/11/2025